



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE RORAIMA  
"Amazônia: Patrimônio dos brasileiros"  
DIRETORIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

**Decisão - DCL/DCL-DI/DPG**

**DECISÃO**

**Processo: PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 9 0 0 1 5 / 2 0 2 5**

**Interessado: ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**Assunto: Impugnação ao Edital**

**I. Tempestividade**

A presente impugnação é tempestiva, nos termos do art. 164, §1º da Lei nº 14.133/2021, considerando que a sessão pública do certame está designada para o dia 05 de agosto de 2025, sendo esta interposição realizada em 24 de julho de 2025, dentro, portanto, do prazo legal.

**II. Histórico da Impugnação**

A empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, inscrita no CNPJ sob o nº 03.397.088/0001-15, apresentou impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico SRP N.º 9 0 0 1 5 / 2 0 2 5, com fundamento no art. 165 da Lei nº 14.133/2021. A impugnação foca especificamente no item 8.2.4.2.2 do Termo de Referência, que exige a 'Licença de funcionamento do estabelecimento, fornecida pelo órgão competente de Vigilância Sanitária do Estado ou Município onde estiver instalado, para exercer as atividades, objeto deste Termo de Referência. O AFE (Autorização de Funcionamento) é o ato de competência da Anvisa que permite o funcionamento de empresas ou estabelecimentos, instituições e órgãos, mediante o cumprimento dos requisitos técnicos e administrativos constantes da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) Nº 52, de 22 de outubro de 2009'.

Os fundamentos da impugnação alegam violação ao Princípio da Competitividade, interpretação equivocada da legislação sanitária e violação aos Princípios da Legalidade e Razoabilidade. A impugnante argumenta que a exigência da AFE da ANVISA representa uma restrição desnecessária e ilegal à competitividade, uma vez que a AFE é exigida apenas para empresas que atuam em áreas específicas e restritas, conforme a RDC nº 52/2009, e que o objeto da licitação (serviços em prédios administrativos da Defensoria Pública) não se enquadra nas hipóteses que exigem AFE da ANVISA. A empresa sugere que para a prestação de serviços de dedetização em estabelecimentos comerciais e públicos (não portuários/aeroportuários), seria suficiente a licença sanitária municipal ou estadual.

Diante do exposto, a impugnante requereu o cancelamento ou supressão integral do item 8.2.4.2.2 do Termo de Referência, ou, alternativamente, a correção da redação para exigir apenas

'Licença sanitária municipal ou estadual para funcionamento de empresa prestadora de serviços de controle de pragas urbanas, conforme legislação local aplicável', e a republicação do edital com prazo adequado para nova apresentação de propostas.

### III. Análise Técnica do setor demandante

Em resposta à impugnação, a Divisão de Serviços Gerais da Defensoria Pública do Estado de Roraima elaborou uma Análise Técnica (SEI/DPE-RR - 0717748) que refuta os argumentos apresentados pela empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. A análise técnica esclarece que a alegação da impugnante de que a empresa não deveria apresentar a Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), conforme previsto na Resolução RDC nº 52/2009 da ANVISA, não se sustenta.

A análise técnica destaca que a Resolução RDC nº 52, de 22 de Outubro de 2022, e a Resolução RDC nº 622, de 9 de março de 2022, que trata do mesmo tema, elencam, em seus anexos, as atividades que estão sujeitas à obrigatoriedade da AFE. É ressaltado que a obrigatoriedade da AFE não se aplica apenas a empresas que atuam em áreas específicas e restritas, mas também àquelas que realizam atividades previstas nos anexos obrigatórios das RDC nº 860/2024 e RDC nº 622/2022. A análise técnica afirma que a empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, conforme seu objeto social e atuação comercial, realiza algumas das atividades previstas nessas resoluções, o que justifica a exigência da AFE.

Adicionalmente, a análise técnica menciona que, de acordo com a RDC nº 16/2014, a AFE é obrigatória para empresas que fabricam, distribuem, armazenam ou manipulam produtos sujeitos à vigilância sanitária. Embora para serviços de controle de vetores e pragas urbanas, regulados pela RDC nº 622/2022, a exigência da AFE dependa se a empresa atua com produtos de venda restrita ou controle de insumos, a análise conclui que a exigência da AFE não configura restrição indevida, mas sim cumprimento de requisito legal necessário para o exercício da atividade lícita. A dispensa deste documento poderia ensejar a contratação de empresa não regularizada sanitariamente, com risco à saúde pública e em desacordo com a legislação regulatória.

Com base nos fatos e na legislação citada, o setor técnico indefere o pedido de impugnação, mantendo inalterado o conteúdo do edital do Pregão Eletrônico SRP nº 90015/2025, Processo Nº: 001138/2025.

### IV. Decisão

Considerando o teor do pedido de impugnação apresentado pela empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, bem como a manifestação do setor demandante exarada por meio da **Análise Técnica do Pedido Impugnação do Edital/2025/DSG/DA/DG/DPG** (SEI/DPE-RR - 0717748), este pregoeiro acatou integralmente o parecer técnico emitido pelo setor demandante.

Diante do exposto, **DECIDE-SE:**

1. Que a exigência da Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) da ANVISA para as atividades objeto da licitação é considerada **NECESSÁRIA e LEGAL**, conforme a interpretação sistemática das Resoluções RDC nº 52/2009, RDC nº 622/2022 e RDC nº 860/2024, bem como a natureza das atividades desempenhadas pela empresa impugnante.

2. **INDEFERIR** o pedido de impugnação apresentado pela empresa ITAMAR C. DA SILVA - MARINA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, mantendo-se inalterado o conteúdo do item 8.2.4.2 do Termo de Referência anexo I do Edital do Pregão Eletrônico SRP N.º 90015/2025.

### V. Conclusão

Esta decisão fundamenta-se na análise técnica do setor demandante detalhada da legislação pertinente e na avaliação técnica das atividades envolvidas, visando garantir a segurança jurídica e a conformidade com as normas sanitárias vigentes. A manutenção da exigência da AFE é crucial para assegurar que os serviços de controle de vetores e pragas urbanas sejam prestados por empresas devidamente regularizadas, protegendo a saúde pública e a integridade dos ambientes da Defensoria Pública do Estado de Roraima.

Em 31 de julho de 2025.



Documento assinado eletronicamente por **VENICIUS ANTONY LINHARES, Agente de Contratação**, em 01/08/2025, às 09:54, conforme horário oficial de Boa Vista/RR, com fundamento no art. 6º, § 1º do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#), e Portarias DPG nº [877, de 1º de setembro de 2017](#) e nº [1251, de 15 de dezembro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.rr.def.br/autenticidade>, informando o código verificador **0717810** e o código CRC **FF86B86C**.